

Milliet expõe as divergências

SÃO PAULO — A proposta apresentada quarta-feira pelos bancos credores aos negociadores brasileiros, em Nova Iorque, não passa, segundo Fernando Milliet, presidente do Banco Central e chefe da delegação brasileira, de uma "lista de desejos", redigida com a intenção de deixar claro o que consideram o encaminhamento ideal para a negociação.

— Ficou claro que não iríamos aceitá-la, assim como eles não aceitaram a totalidade das nossas posições apresentadas em 25 de setembro — disse Milliet ao JORNAL DO BRASIL na tarde de ontem, antes de viajar a Brasília para se encontrar com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

Sem detalhar o conteúdo da proposta americana, o chefe dos negociadores brasileiros admitiu que os bancos estão oferecendo pouco mais de US\$ 5 bilhões para refinarçar os anos de 1987 e 1988, enquanto o Brasil pede US\$ 11,5 bilhões, para cobrir o período de 1987 a 1989.

Ele desmentiu com veemência a informação de que os bancos estariam condicionando o pagamento das negociações ao pagamento, pelo Brasil, dos juros que deixaram de ser honrados entre fevereiro e outubro do ano passado, período da moratória. "Isso



Fernando Milliet

está fora de questão", afirmou. "Nenhum banqueiro imagina que dispomos dessa quantia em caixa."

Milliet não descartou, porém, a possibilidade de que o Brasil venha a fazer novos pagamentos espontâneos, como o da semana passada, quando o país entregou aos credores

res US\$ 350 milhões. "Dependendo da evolução das negociações, essa hipótese não está afastada", disse.

Segundo o presidente do BC, os pontos principais da negociação com os credores são, além do valor do refinanciamento, a taxa de risco (*spread*), o período de abrangência do acordo e a forma dos desembolsos. Em relação ao (*spread*), ainda não há acordo. Milliet não confirma, mas aparentemente os bancos oferecem 1% de taxa de risco e o Brasil pleiteia 0,8%.

Quanto ao prazo, o negociador brasileiro está otimista. "Vamos fechar um acordo que vai além de 1988", garante. "Talvez não chegue ao final de 1989, mas certamente vai além de 1988." Por fim, diz que o país não aceita amarrar os desembolsos dos bancos privados a autorizações do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A receita de Milliet para evitar o atraso das negociações é simples. Ele propõe que os bancos assinem o acordo, façam empréstimo-ponte para que o Brasil possa esperar com tranquilidade o início dos desembolsos (previstos para meados do ano) e não condicionem a liberação dos desembolsos ao fechamento do acordo com o FMI.